

# *A Identidade do Historiador*

---

*Francisco J. C. Falcon*

## *Introdução*

Participo desta mesa movido pelo interesse que tenho pelo tema aqui proposto, mas levado também pela curiosidade em relação a outras opiniões e a esperança de poder contribuir de alguma forma para o avanço do debate e o esclarecimento das questões ora em discussão.

Os historiadores, de uma maneira geral, têm sido um tanto pródigos em matéria de discussões sobre a *crise da História*, mas têm sido também bastante reticentes ou avaros em relação a esta outra crise que é a *crise do ofício historiador*. Todavia, vejo essas duas crises como as duas faces de um mesmo processo, pois, no meu entendimento, estamos diante de um ataque partido de duas direções e visando também dois alvos distintos mas correlatos – o fazer do historiador e o produto de tal fazer: o discurso histórico. Como e em que medida esses ataques comprometem a própria concepção de identidade do historiador é na verdade o tema de hoje.

---

*Nota:* Este trabalho foi apresentado na mesa-redonda "A historiografia contemporânea e a identidade do historiador" do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife. Foi anteriormente publicado em *Ciência e história*, org. por Luiz Carlos Soares, Niterói, UFF/Programa de Pós-Graduação em História, 1966 (Arrabalde).

Pretendo aqui somente apontar ou sugerir algumas hipóteses explicativas dentre as muitas possíveis, com reflexões baseadas no meu modo de perceber tais problemas. Na verdade, porém, tanto a natureza *quanto as características* e implicações dessa crise de identidade constituem questões amplas e complexas, e a seu respeito apenas me é facultado apresentar algumas observações eminentemente pessoais.

Lembro, ainda, que, dados os naturais limites de uma intervenção como esta, não será possível retomar o problema da *crise da História* como tópico de exposição, embora, certamente, esta crise constitua uma das premissas de toda a exposição que se segue.

### ***I - A perspectiva historiográfica: considerações gerais acerca da historiografia brasileira recente***

Já em diferentes oportunidades, nestes últimos anos, em artigos e comunicações, tive a ocasião de abordar os problemas da noção de *crise da História*,<sup>1</sup> ressaltando sua ambigüidade intrínseca e o caráter não somente problemático mas, também, fortemente ideológico que a caracteriza. Todavia, trata-se de discussão que envolve múltiplas questões de natureza histórica, política e cultural, cuja análise me seria impossível neste momento. Prefiro, portanto, partir da hipótese de que *a crise da História* é real e tem como uma de suas características ou efeitos a incidência sobre o processo de produção do conhecimento histórico – *a escrita da História* –, envolvendo assim o historiador e o seu discurso.

Em relação à produção historiográfica brasileira contemporânea, ou recente, minha preocupação será a de tentar determinar a natureza das condições e dos fatores que conferiram à recepção da *crise* entre nós suas formas propriamente *brasileiras*, conhecidas de todos. Aliás, nem sei ao certo se essas formas constituem ou não algo especificamente brasileiro, daí haver preferido deixar de lado ao menos provisoriamente tal questão.

Seja como for, vejo a produção historiográfica brasileira profundamente marcada, a partir dos anos 1960, por uma espécie de dialética da *tradição e da inovação*, e creio que de certa maneira essa dialética está presente nos principais levantamentos e análises sobre essa produção de que dispomos.<sup>2</sup>

A *tradição*, primeiramente. Ao longo de muitas e muitas décadas a historiografia brasileira vicejou sob o signo do *empirismo positivista*, ou *metódico*. Tratava-se do que então se considerava como a única maneira séria e científica de escrever *História*. O historiador, basicamente um autodidata, precisava unicamente do reconhecimento de seus pares – o universo dos intelectuais – para ser aceito de fato e de direito como *historiador*. Convém

lembrar que esses historiadores, ou os mais eruditos entre eles, dispunham também de manuais e tratados famosos e alentados acerca do que então se denominava *metodologia científica da História*.<sup>3</sup> Tal situação persistiu, salvo raras alterações, até o final dos anos 1950 e começos da década de 1960.

A *inovação*, em segundo lugar. Apesar de seus primeiros sinais remontarem aos anos 1930, época da publicação de obras hoje clássicas como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, e da criação das primeiras *Faculdades de Filosofia* – as da USP e da antiga UDF (sucedida pela FNFfi da antiga Universidade do Brasil) –, acompanhada pela vinda para o Brasil de um grupo de brilhantes mestres franceses, é necessário ter em vista que o impacto de tudo isso, a começar pela irradiação e consolidação das possibilidades reais de inovação presentes nesses fatos, quer no ensino, quer na escrita da História, foi na verdade muito lento, e consumiu ainda duas décadas pelo menos.<sup>4</sup>

Para uma parte dos anos 1950 e ao longo da década de 60, *tradição* e *inovação* constituem os pólos da prática historiadora. Do lado da *renovação* estavam o prestígio cada dia maior da Escola dos Anais e a influência da perspectiva teórica marxista, numa espécie de simbiose onde se acoplavam as citações de textos de M. Bloch, L. Febvre e F. Braudel às de Marx e Engels e seus epígonos.<sup>5</sup> A *tradição* porém continuou solidamente implantada em termos institucionais e, salvo raras exceções, era quem ditava currículos e leituras na esfera da graduação em História.

A oposição entre *tradição* e *inovação* produziu conflitos crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais e rivalidades pessoais e de grupos, no seio principalmente dos departamentos que tinham a seu cargo os cursos de graduação em História nas Faculdades de Filosofia. Como nessa época a pesquisa era uma questão nitidamente pessoal, ainda não institucionalizada, a disputa entre tradicionalistas e inovadores concentrou-se em torno do ensino da História e ganhou as salas de aula. Viveu-se então, nos anos 1950 e 60, a oposição dicotômica *teorização versus empirismo*, aplicando-se, em consequência, às obras de História e aos cursos dos professores de História a antítese entre conteúdos ou disciplinas ditos *empiristas*, *meramente informativos*, e os reconhecidamente *teóricos*, *interpretativos*. Também os docentes caíram sob o jugo desse maniqueísmo, classificados/rotulados, na sua maioria, ou como *empiristas* ou como *teóricos*.

Em que pesem, porém, seus inegáveis exageros e insuficiências, tal dicotomia, arrisco-me a afirmá-lo, foi muito importante, especialmente nos anos 1960 e 70, para algumas tomadas de consciência a propósito das diferenças entre a forma *tradicional* e a forma *nova* de se conceber a natureza do ofício historiador e o próprio ensino da História. Tomadas de consciência, convém

lembrar, realizadas sob o fogo cruzado das pressões político-ideológicas autoritárias e da institucionalização dos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras. A maior parte da história deste processo ainda continua à espera de uma história da História que venha a investigá-lo em profundidade. Quando muito, por ora, apenas é possível afirmar que a oposição e conflito entre historiadores/docentes de tradição *empirista* e aqueles dentre seus colegas que preconizavam uma concepção nova de História agravou-se sobremaneira nos anos 1970. Nesta década, fez-se mais e mais problemática a convivência pacífica entre os que possuíam da História uma concepção narrativa e factualista, descritiva por excelência, e os que preconizavam uma *Nouvelle Histoire*, em moldes *annalistas*, uma História estrutural, totalizante, crítica mas também inovadora em relação às fontes e, sobretudo, baseada em pressupostos teórico-metodológicos explícitos ou implícitos.

Um outro dado a considerar aqui é o fato de que, nas circunstâncias vigentes na década de 1970, a concepção tradicional foi favorecida pelo clima autoritário e repressivo então dominante. Aliada do poder, guardiã da versão oficial e *verdadeira* da História da Nação, essa historiografia tradicional e seus historiadores não pouparam intrigas e ataques contra instituições e historiadores favoráveis à crítica inovadora.<sup>6</sup>

A *Nova História*, que se propagou nos meios acadêmicos nos anos 1960 e 70, tinha em suas origens duas inspirações básicas – a dos *Annales* e a do marxismo. Naquele período, a influência da *Nouvelle Histoire* assentava-se principalmente no prestígio então alcançado pela chamada *história quantitativa*, ou *serial*, cujos êxitos em campos como o da história econômica, social e demográfica, levavam muitos historiadores a crer que aquele era o caminho rumo a uma História realmente *científica*. Entre nós, naquela quadra histórica, o apelo à quantificação reunia à atração do novo as vantagens de uma prática historiadora aparentemente neutra do ponto de vista ideológico e distinta do velho empirismo *positivista* tradicional. Quando tantos profissionais eram perseguidos por causa de suas aulas e textos marxistas, considerados como *ideológicos* e *subversivos*, uma história como a *serial*, inovadora e científica, propondo novos métodos e técnicas de trabalho sem comprometimentos teóricos perigosos, era, sem dúvida, algo extremamente atraente.<sup>7</sup>

Tornou-se comum, entre nós, a idéia de que a criação e rápida expansão dos cursos de pós-graduação em História, nos anos 1970, tornaram possível o surgimento do historiador profissional no Brasil. Verdadeira em parte, ou mesmo em grande parte, tal idéia contém no entanto um certo risco, qual seja, o de levar ao esquecimento certos dados históricos igualmente importantes. Refiro-me, por exemplo, a um dos mais conhecidos de todos aqui – o fato de que a fase inicial da formação de profissionais *de História* antecedeu a pós-graduação

respectiva. Foi nos cursos de graduação em História das Faculdades de Filosofia que se formaram os primeiros profissionais da área, licenciados e/ou bacharéis *em História*. A história dos cursos de graduação tampouco foi escrita, mas não seria válido aqui omitir que quase todos os profissionais de História que lutaram pela renovação de sua pesquisa e ensino e participaram da implantação dos primeiros mestrados, eram graduados em História, com títulos de catedráticos ou/e livre-docentes, e, em alguns casos, com doutorados realizados na *forma antiga* (sem o respectivo *curso*), ou no exterior. É difícil hoje, reconheço, para muitos, imaginar uma época que ignorava a própria idéia de pós-graduação enquanto curso ou nível de estudos e desconhecia, por exemplo, a figura acadêmica do *mestrado*.

Tendo em vista as condições concretas que presidiram a implantação da pós-graduação em História, é possível concluir-se que o seu funcionamento se deu em função das pressões de três principais linhas de forças: a historiografia tradicional, a *Nouvelle Histoire* (ou dos *Annales*), e a crítica teorizante predominantemente marxista. Desse modo, cada curso/programa constitui, nos anos 1970 e começos dos 80, um caso específico de articulação, em proporções bastante variadas, dessas três tendências ou perspectivas historiográficas. A demonstração desta afirmação se obtém através de consulta aos catálogos de produção científica dos cursos/programas, mas é evidente que uma análise mais consistente depende ainda do exame das estruturas curriculares, oferta de disciplinas e bibliografias respectivas, dos trabalhos produzidos, *dos curricula* dos docentes com a análise da respectiva formação e produção no campo da História etc. Haveria também a considerar para essa época a presença dos *brasilianistas* em alguns programas e tentar a partir daí avaliar sua influência.<sup>8</sup>

Como não se dispõe de dados suficientes para a maioria dos itens mencionados, é perfeitamente compreensível que os estudos existentes tenham prestado mais atenção às preferências manifestas nas teses e dissertações por certas áreas temáticas e períodos da história do Brasil e dispensado menor atenção às tendências teórico-metodológicas. Quando muito, poder-se-á admitir que ocorreu nos anos 1970/80 um declínio lento mas continuado do modelo *tradicional* e, como contrapartida, teria havido uma expansão progressiva da *Nouvelle Histoire*, com o declínio vagaroso, no âmbito desta última, da *história quantitativa*. Bem mais problemático, entretanto, é avaliar a importância e natureza das concepções marxistas nesse processo. Há certos indícios, porém, que possibilitam deduzir a existência de variadas formas de tensão e de conflito, em cada programa, entre orientações *teóricas* conflitantes, mas também há exemplos de compromisso e convivência. É provável que nesse período a irradiação e propagação do que era historiograficamente *novo* haja dependido primordialmente de alguns poucos programas de pós-graduação.<sup>9</sup>

Para o ponto que aqui interessa – o ofício historiador – o que mais importa é o seguinte: até os começos dos anos 1980 ainda era viável opor dois tipos ou duas identidades de historiadores – o tipo tradicional e o tipo *moderno* ou inovador. A partir daí, no entanto, novas formas de diferenciação surgiram em função de alguns *complicadores*, a começar, por exemplo, com a recepção dos textos de Foucault e de Thompson, dando origem a tendências variadas no interior da *Nova História*, aí incluído o progressivo divórcio entre os historiadores especializados em história econômica, social e demográfica, mais preocupados com as grandes massas ou séries documentais e a quantificação dos dados, e os historiadores interessados nas *novas abordagens e nos novos objetos*, cujo carro-chefe era a história das mentalidades. Todavia, não se estava apenas diante de campos diferenciados do saber histórico; as diferenças logo se mostraram bem mais profundas entre os que praticavam uma história estrutural, ancorada na categoria da totalidade, dando ênfase ao tratamento quantitativo e partindo de pressupostos metodológicos precisos, e os historiadores fascinados pelas novas possibilidades de investigação resultantes da utilização de teorias sociológicas e antropológicas de mistura com propostas marxistas ou neomarxistas de várias procedências.<sup>10</sup> Completando esta tendência que conduzia à fragmentação, veio a implosão das chamadas *grandes teorias*, quer dizer, basicamente, o *marxismo*.

Logo surgiu um novo tipo de historiador, cético quanto às teorizações totalizantes de tipo agora *tradicional* (sic), cada vez mais preso a objetos bem discretos e teorias de alcance limitado, com forte propensão a ouvir e apreciar sugestões, críticas, interpretações sobre seu próprio ofício produzidas em quantidade crescente por especialistas de outras áreas – da filosofia, da lingüística, da teoria literária etc.

A crise de identidade do historiador passou a ser uma realidade. Se o praticante do tipo tradicional de historiar ainda sobrevive e é provavelmente imune às angústias de muitos de seus colegas, no campo da Nova História os problemas são muitos e outras tantas são certamente as dúvidas. Acredito que, para simplificar um pouco a questão, posso partir da constatação de que existe hoje, no *território da História*, uma diferença básica e um duelo de posições cujo tema fundamental é, ainda, o da relação que cada historiador supõe, ou não supõe, existir entre a *história (conhecimento)* que ele escreve (produz) – o texto ou a obra de história – e a *História* propriamente dita, enquanto realidade ou objeto de conhecimento. Trata-se assim de duas atitudes historiadoras completamente distintas, pois, conforme o caso, terão ou não sentido os próprios *pressupostos teórico-metodológicos em si mesmos*.<sup>11</sup> Do meu ponto de vista, essas diferentes maneiras de conceber a natureza do ofício – da escrita da História, enfim, – já indicam uma identidade plural.

## *II - Da historiografia ao historiador: o problema da(s) identidade(s)*

Talvez coubesse aqui uma discussão do conceito de *identidade*, mas prefiro deixá-la para uma outra ocasião. Quero somente esclarecer que a expressão *identidade do historiador* é utilizada neste texto em dois sentidos complementares: a identidade como autoconsciência do historiador, a começar pela *intenção* de produzir um texto de história; identidade, também, como *reconhecimento* do trabalho produzido pelo historiador como de história ou, o que vem a ser a mesma coisa, o reconhecimento de seu autor como historiador.<sup>12</sup>

Para que se possa compreender a situação atual do historiador em geral e do brasileiro em particular, penso que é conveniente distinguir dois tipos de situações, uma mais antiga e outra mais recente, ou nova. Na primeira, é sempre o historiador o ponto central de convergência das questões concernentes ao seu ofício; já na segunda o foco tende a deslocar-se em direção ao texto – o discurso histórico.

A primeira perspectiva parte da premissa da existência de um certo tipo de profissional especializado – o *historiador* – praticante de um ofício intelectual que consiste em saber produzir um tipo específico de conhecimento – o *conhecimento histórico* – o qual se materializa, inevitavelmente, em forma de um texto/discurso reconhecido como *de História* pelos demais praticantes do ofício. No caso da segunda perspectiva o que está realmente em jogo é a questão da existência ou não de características ou *marcas discursivas* capazes de conferir o caráter de *história* a um determinado texto que como tal se apresenta, o que vem a tornar neste caso irrelevante o fato de quem o escreveu ser considerado ou não um *historiador* no sentido de *profissional de História*. Tem-se então, como decorrência de tal contraste, a possibilidade de reconhecer dois tipos de identidades – a do historiador e a do *texto histórico*.

Já deve ter ficado evidente a esta altura da minha exposição que não estou interessado na habitual distinção entre *historiadores autodidatas* e *historiadores profissionalmente formados*. Aliás, acredito que se deva relativizar também a concepção segundo a qual uma vez institucionalizada academicamente a formação de profissionais em História desapareceriam de cena os historiadores autodidatas. Sendo assim, a proposição que constitui os cursos de pós-graduação em História *locus exclusivo, na atualidade, para a formação do historiador* deve ser encarada com certas cautelas tendo em vista os rumos da historiografia e da cultura contemporâneas.

A institucionalização da pós-graduação entre nós operou-se a partir de *situações, tendências e problemas* que inviabilizam qualquer concepção mais simplista a respeito da identidade do historiador, cumprindo, portanto, agora, descrever-lhes rapidamente as principais características.

### *Situações*

Todos conhecemos algumas delas. Afinal, o historiador de hoje está associado, quer queira, quer não, a uma historiografia bastante aberta, por definição, às mais variadas trocas com as ciências sociais e humanas, de tal maneira que o isolamento da História como disciplina completamente distinta parece hoje em dia impensável. Veja-se, então, como exemplos de *situações* no mínimo ambíguas: a – mestrandos/doutorandos *em História* mas graduados em áreas mais ou menos afins; b – graduados em História com mestrado/doutorado em sociologia, antropologia, ciência política etc.; c – docentes graduados e também, em certos casos, pós-graduados em áreas outras que não a História mas que lecionam em cursos de pós-graduação em História, orientam teses e dissertações e até produzem trabalhos *de História*; d – especialistas de áreas afins, sem qualquer formação específica em História, mas que escreveram, ou escrevem, trabalhos de História.

Bem, citei apenas quatro casos mas há certamente outros tantos. Qual o denominador comum a todas estas *situações*? Provavelmente, é a circunstância de que as pessoas que nelas se encontram escrevem ou têm a intenção de vir a escrever algum tipo de *texto de História*; e, mais ainda, alguns certamente já escreveram trabalhos de História e são reconhecidos como historiadores...

Bem, em face de situações realmente existentes, como fica a questão da *formação em História* na identificação do historiador? Evidencia-se a existência de dois critérios diferentes e não necessariamente complementares para se identificar o historiador – o da formação em História e o do reconhecimento de seus trabalhos como sendo de História. Para alguns historiadores é o critério da formação o verdadeiramente decisivo – é a formação que faz o historiador como tal. Para outros, no entanto, tal critério seria insuficiente dado o fato de que qualquer um de nós conhece por dever de ofício trabalhos *de História* escritos por quem não seria, a rigor, um historiador propriamente dito, se considerada sua formação acadêmica.

Trata-se então de intrusos? de cidadãos de segunda categoria no país da História? Ora, cada vez mais essas situações tendem a se multiplicar já que esta é uma das conseqüências atuais do aparecimento do *novo* no campo da historiografia contemporânea, como já mencionei. A *diferença*, segundo meu modo de ver, deve ser procurada então alhures e não na separação um tanto burocrática entre os historiadores – devido à sua formação – e os não-historiadores – devido à ausência de uma formação específica em História.

### *Tendências*

Penso que pode ser bastante interessante retornar neste passo a tão decantada noção de *fragmentação*, e aplicá-la não tanto à questão da incessante



multiplicação dos objetos historiográficos mas, sim, à própria oficina da História como um todo.

Na verdade, foi esta oficina que se fragmentou, estilhaçando-se numa variedade quase incontável de áreas, subáreas, setores, grupos, cada qual mais cioso da sua própria legitimidade. Ao mesmo tempo, digladiam-se perspectivas metodológicas as mais variadas: *empiristas*, fiéis ainda, bem ou mal, à concepção tradicional do que se deve entender por historiar; *teorizantes*, das mais diversas obediências teórico-metodológicas *mas* acordes em relação à exigência de uma história conceitual, baseada em premissas como a da totalidade e racionalidade; *quantitativistas*, ora mais empíricas, ora mais teóricas, e, finalmente, um leque de posições difíceis de se rotular, cuja tônica tanto pode recair sobre as chamadas *novas abordagens* como sobre os *novos objetos*. As primeiras sublinham novas formas de pesquisar e interpretar tanto a documentação como certos processos históricos; as segundas revelam temas e questões pouco frequentados, esquecidos ou deturpados pela historiografia *oficial* – as minorias de vária natureza, os imaginários sociais, a vida cotidiana, enfim, as variadas práticas e representações sociais, como costuma escrever R. Chartier. Em face de tantas variações sobre o mesmo tema – a História – os conflitos são de certa maneira inevitáveis uma vez que cada tendência constitui um microcosmo cuja visão do ofício historiador raramente se ajusta às demais. Logo, é a própria identidade do historiador que se fragmentou.

### *Problemas*

Constituem conseqüências diretas e visíveis das *tendências* já mencionadas e das críticas e sugestões interpretativas oriundas de lugares intelectuais externos à oficina da História. Cada qual à sua maneira contribui na prática para confundir e perturbar a visão do historiador a respeito do seu próprio fazer.

Partindo do modelo historiográfico mais antigo – o empirista ou *positivista* – verifica-se que, no âmbito da tradição respectiva, a identidade do historiador não chegava a se constituir em verdadeiro problema, o que não deixa de ser no mínimo curioso se lembrarmos que, justo então, não existia a figura do historiador profissional segundo a concepção mais *moderna*, ou seja, do historiador com formação acadêmica em História. Apesar de tudo, porém, o historiador, reconhecido como tal, dominava em muitos casos um certo método *científico* – o método histórico – a começar pelas regras e princípios concernentes à heurística, à crítica e à síntese históricas, e sabia aplicá-los à matéria-prima da produção do conhecimento histórico – os documentos ou fontes documentais. Acreditavam esses historiadores que a história que escreviam seria verdadeira se conseguisse ser suficientemente fiel aos fatos reais, acessados por intermédio das fontes. Assim, na realidade, todo texto *de história*

era portador da certeza, ou pretensão, de constituir uma reprodução, de natureza especular, da História propriamente dita, *os acontecimentos tal como estes se passaram na realidade*.

Contra os principais pressupostos dessa historiografia positivista, ou *metódica*, os historicistas opuseram o primado da *compreensão* sobre a *explicação* e, sobretudo, o princípio do caráter único e irreduzível das diferentes épocas, sociedades e culturas. Opondo-se à *razão iluminista* os historicistas puseram em relevo o particular em face do universal e advogaram a interpretação como base da compreensão verdadeiramente histórica do passado, valorizando sobretudo a *hermenêutica*, como método.

O acento posto então na incomensurabilidade do *vivido* e no papel decisivo da intuição e da imaginação do historiador acentuaram o idealismo subjetivista típico dessa corrente historiográfica francamente relativista. A presença, importância e natureza concreta do historicismo na historiografia brasileira é ainda uma questão pouco investigada, salvo alguns trabalhos bastante pontuais. Optei portanto por apenas registrar aqui sua possível existência.

Entre nós, como já dei a entender, o principal combate foi travado entre os historiadores *positivistas* e os historiadores entusiasmados pelas propostas dos *Annales* e os marxistas. Na prática, porém, a associação entre novos métodos, abordagens e objetos de inspiração predominantemente *annalista* e pressupostos teórico-metodológicos *marxistas*, mesmo que o fossem apenas genericamente, produziu um tipo de historiador diferente daquele mais tradicional.

Constituíram-se, portanto, dois tipos de historiador, duas identidades, duas formas bastante distintas de encarar o próprio ofício e, conseqüentemente, os textos de história. Por algum tempo, no entanto, essas duas formas de *ser historiador* conviveram entre si em variados *lugares* institucionais. Não foi uma espécie de convivência pacífica, especialmente nos anos 1960 e 70, e já fiz referência a tal fato. Mas o que agora interessa é um outro aspecto dessa questão, pouco lembrado em geral – o fato de que essas duas concepções tão distintas acerca da prática historiadora – a tradicional e a inovadora – tinham ainda assim um embasamento comum: um certo consenso sobre o que se chama de *realidade histórica*, ou a *história matéria* (Vilar), quer dizer, reconhecia-se sem muita dificuldade que a história enquanto *conhecimento*, isto é, a *história-disciplina*, é portadora de alguma forma de suposição acerca da existência de algo bastante real – a *realidade histórica* (ou o passado, como alguns preferem dizer); em suma, a história possui sempre um referente na ordem do real. Havia portanto uma certeza comum àquelas concepções tão diferentes entre si em tantos outros aspectos: a certeza de que a História, como processo imanente,

ou como mera empiria mais ou menos caótica, existe de fato. Era o que Vilar queria dizer ao afirmar: “A história fala da História.”<sup>13</sup>

Explica-se a partir daí por que de uma maneira ou de outra os historiadores de todas as obediências teóricas postulavam então o caráter imprescindível das fontes documentais, enquanto restos, ou testemunhos, documentos/monumentos, de uma realidade (passada) que compete ao historiador recriar/reproduzir, ou interpretar/analisar, a partir do material documental por ele achado/descoberto/produzido. O importante, então, era o consenso, ainda, de que não existe história sem os respectivos documentos: “*Pas de document, pas d'Histoire*”, reafirmara G. Lefebvre em 1965.

Quando eram poucos os historiadores que haviam lido os textos de Barthes sobre o discurso histórico e somente uma minoria havia lido Foucault, as opções oferecidas ao historiador profissional eram relativamente nítidas: investigar, pesquisar, queriam dizer então “ir em busca de fontes documentais”, pouco importa aqui se a mensagem era lida em clave “positivista” ou não. Quantificar, criticar as fontes, buscar ou criar novas fontes, de acordo com os *problemas, ou hipóteses*, e em função de premissas teóricas suficientemente claras, eram atitudes típicas de uma *Nouvelle Histoire* que não preconizava a submissão passiva do historiador às fontes mas, em compensação, não abria mão da própria idéia de fontes históricas.

Tratava-se, em resumo, de um *realismo historiográfico* o qual, apesar de subdividido em várias vertentes, tinha sempre como verdade indiscutível o papel necessário e insubstituível das *fontes documentais como ponte necessária* entre o texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica. Enquanto *evidências* de algo que elas apenas representavam, restos ou fragmentos sobreviventes, as fontes constituíam o território comum aos mais variados tipos de historiadores.

### ***III - O historiador em busca de sua identidade: problemas atuais***

Tanto do ponto de vista historiográfico, como da própria atividade do historiador, são muitas as questões que se apresentam, sobretudo nos últimos anos. Não chega a surpreender, portanto, se a noção de *crise* se tornou uma espécie de frequentadora habitual das análises da historiografia contemporânea que tentam apresentar o *estado atual* da disciplina. Emergem a partir daí diferentes *diagnósticos* acerca dos males que estariam comprometendo a saúde da atividade historiadora. Em alguns desses textos há também prognósticos variados ou exercícios prospectivos. Em que pesem certos exageros, parece não haver dúvidas quanto a um certo mal-estar que domina hoje em dia as avaliações acerca da disciplina e de seus profissionais.

Creio que não deixa de ser um tanto curioso, porém, o fato de não se verificar uma correspondência entre essa sensação de crise ou mal-estar e o esforço de tomar efetivamente consciência do que está ocorrendo. Em outras palavras, as tomadas de consciência são ainda relativamente poucas e muito marcadas e circunscritas por diferenças entre culturas historiográficas distintas. A permanência, bem ou mal, de certas tradições e práticas fortemente institucionalizadas, ao lado dos efeitos diferenciados das variadas perspectivas teórico-metodológicas, impedem que se tenha uma visão de conjunto dos problemas. Na verdade, cada historiador que se preocupou ultimamente com essa *crise* enunciou suas avaliações e conclusões a partir de um *lugar* específico, ou seja, quase não se tem debates entre os próprios historiadores em que se ponham em discussão suas diferentes maneiras de perceber e explicar os dilemas que hoje afetam a disciplina e a profissão historiadora.

Se assim é, creio ser bastante compreensível o reconhecimento, de minha parte, da impossibilidade de aqui apresentar uma perspectiva analítica global da crise a partir do material constituído por dezenas de publicações espalhadas pelo mundo cujo denominador comum vem a ser justamente uma certa consciência dos conteúdos dessa crise. Preferi seguir um caminho mais simples, menos ambicioso: comparar duas percepções da crise, uma inglesa e outra francesa, tentando assim detectar as convergências e as discrepâncias entre elas. Para dar mais realce à comparação optei por autores quase antagônicos do ponto de vista das posições assumidas. No caso francês, o escolhido foi R. Chartier, um dos mais conhecidos representantes da *terceira geração* dos *Annales*; no caso inglês, minha preferência recaiu sobre G. R. Elton, um dos representantes mais autênticos hoje em dia do velho e tradicional *empirismo britânico*. Creio que a escolha de Chartier não exige muita argumentação, porém, no caso da de Elton, pressinto, como inevitável, a pergunta: mas por que Elton e não Thompson, ou Hill, ou Hobsbawm, por exemplo? Bem, devo reconhecer que, se a exclusão das clássicas citações de Bloch, Febvre e Braudel se justifica em razão de se tratar, agora, de uma conjuntura diferente, a exclusão do marxismo inglês, tão atual, seria em princípio injustificável. Em resposta aos meus hipotéticos contestadores posso apenas dizer que meu objetivo foi o contraste, a contraposição de dois historiadores cujas concepções da história e do seu ofício fossem as mais opostas possíveis. Confesso, finalmente, a influência de um certo pragmatismo já que, afinal, as conferências de Elton e de Chartier estão entre as mais recentes manifestações de historiadores sobre a *crise* e, não menos importante, são de acesso relativamente fácil.

Ative-me, então, a um autor tipicamente *tradicional*, conhecido e respeitado por muitos, e a um outro, bem atual, expoente da *Nouvelle Histoire*, mas suficientemente crítico, também, em relação à tradição *annalista*. Convém

ainda esclarecer que deixei de fora, de caso pensado, os não-historiadores hoje mais em evidência, como Hayden White, pois interessa-me aqui somente a visão de historiadores (praticantes) sobre seu próprio ofício. Não estou preocupado, por ora, pelo menos, com idéias e concepções de especialistas das áreas vizinhas a respeito do que eles entendem por História e como percebem a produção do respectivo discurso. Em geral, tais opiniões, por mais interessantes ou até *instigantes* que venham a ser, apenas esclarecem sobre o que seus autores acreditam que seja a natureza da produção do conhecimento histórico – ou do discurso histórico, como em geral preferem dizer.

Começo assim por Elton. Sir Geoffrey R. Elton aqui comparece em função do texto de conferências pronunciadas na Universidade de Michigan em abril de 1990<sup>14</sup> e publicadas com o título mais que sugestivo de *Return to essentials*. Para os que não o conhecem, devo informar que se trata de antigo e eminente historiador inglês, especializado em história constitucional, política e administrativa da Inglaterra, séculos XV/XVI, e autor do famoso livro *The Tudor revolution in government*, de vários estudos sobre a Reforma Anglicana e, principalmente, do conhecido manual *The practice of History*,<sup>15</sup> amplamente conhecido no mundo anglo-saxônico. Aliás, Elton reconhece perfeitamente o quanto pode ser perigoso para alguém defender, como ele o faz, convicções e práticas já consideradas como *fora de moda*. No entanto, afirma ele, sua autoridade se apóia em 45 anos dedicados à investigação do *passado histórico*, ou seja, uma longa experiência que apenas reforçou a sua crença profunda na realidade dos estudos históricos. Incisivo, irônico e até agressivo com seus opositores, Elton se mostra sincero e transparente, talvez até ingênuo, quando descreve o que para ele constitui a essência verdadeira do ofício historiador.

Segundo Elton, se a história se encontra atualmente numa posição um tanto difícil, isto é o resultado de ataques e pressões oriundos basicamente de duas direções, as quais ele intitula *as pretensões da teoria* e *o peso da filosofia*. A principal diferença no caso é que as primeiras seriam *internas enquanto as segundas seriam externas*. Qualquer que seja no entanto o *lugar* de origem, o fato decisivo é que esses ataques semeiam o ceticismo, ora proclamando a deficiência, quando não a impossibilidade, ou inutilidade, do conhecimento histórico, ora apontando, denunciando, a subjetividade do historiador, quando esta é na verdade uma espécie de mácula inevitável do seu ofício e uma das responsáveis pelo caráter relativo do conhecimento que produz.

Ao tratar das *pressões internas*, Elton se detém na análise de como a *teoria* se instala na oficina da história, das ilusões de que é portadora, e dos erros a que induz o historiador. Nas origens, portanto, estão angústias e insatisfações de um tipo de historiador basicamente inseguro em face de exigências como as de cientificidade, leis, previsibilidade e explicação do

presente, todas elas supostamente intrínsecas ao conhecimento histórico. A mais insidiosa, no entanto, é a que coloca a História a serviço do presente – o *presentismo* – ou seja, a leitura/interpretação do passado em função dos problemas e interesses do presente os quais são na verdade ideológicos e político-partidários.

Diante do assédio que lhe é incessantemente movido, o historiador, para não se sentir diminuído intelectualmente perante os colegas das ciências humanas, cai sob o jugo ilusório da *teoria*, inclusive para que não o associem à *velha escola positivista*. Segundo Elton a teoria é uma autêntica quimera, pois oferece ao historiador a aparente possibilidade de conciliar suas próprias preocupações, como cidadão, para com o presente, com as exigências de cientificidade. Estaria aí exatamente, afirma Elton, o verdadeiro segredo do sucesso da Escola dos Anais – saber incorporar as teorias das diversas ciências sociais, dialogar com todas as ciências do Homem, sem perder contato com a história.

A noção de *teoria*, tal como Elton a utiliza, compreende um vasto leque de concepções, indutivas ou apriorísticas, holísticas ou de alcance limitado, mas é com toda certeza o marxismo a mais visada dentre elas. A teoria, toda teoria, deturpa ou mistifica a investigação histórica uma vez que *nega algo essencial: a existência de fatos independentemente do historiador*.<sup>16</sup> Mais ainda, a teoria impede o historiador de pensar por si mesmo e, por conseqüência, de investigar livremente *a realidade do passado*.

Elton preconiza como antídoto um *catecismo saudável* a ser seguido pelo historiador: nada afirmar *a priori* sobre o passado, cultivar um profundo respeito por esse passado *in its own right*, manter o espírito aberto e alerta em face de idéias preconcebidas, inclusive as do próprio historiador. Todavia, percebe-se que ele não despreza de maneira absoluta a teorização, tanto que reconhece ser incompatível com os objetivos do verdadeiro historiador a acumulação inconseqüente e desordenada de fatos. São, portanto, pertinentes as teorias explicativas particulares, limitadas em sua abrangência histórica, e produzidas no próprio curso da investigação, isto é, como hipóteses induzidas do material investigado e que possam ser abandonadas, ou substituídas, tão logo se mostrem incongruentes diante dos fatos levantados.

Se a concepção eltoniana de *teoria* não nos deixa dúvidas quanto à sua visão profundamente empirista da escrita da história, Elton, ao tratar do que chama de *filosofia*, o perigo *externo* que ronda a oficina da História, não oculta sua profunda desconfiança diante da hermenêutica, protagonizada por Gadamer, e da lingüística e teoria literária, personificada, esta última, por Hayden White. Sua crítica a estes e a outros autores *não-historiadores* é sempre irônica, sarcástica e marcada por uma atitude de infinito desprezo. Não pretendo retomar

aqui os argumentos de Elton, inclusive seus equívocos, sendo suficiente mencionar que para ele as *teorias filosóficas* (sic) são destrutivas para o historiador por duas razões – tais teorias, diz, ou *negam a existência de um passado histórico, ou negam simplesmente que tal passado possa ser reconstruído ou revisitado*. Acrescento, então: se não se admite a existência de uma estrada que seja verdadeira para acessarmos o passado, todas as tentativas de estudá-lo de maneira objetiva serão sempre esforços impossíveis e inúteis.

Em suma, portanto, a *teoria* coloca em risco a honestidade intelectual do historiador, mas a *filosofia* põe em dúvida a própria possibilidade de ser historiador, pois, neste caso, nega que seja possível a esse historiador estudar o passado como alguma coisa que existiu ou aconteceu independentemente de sua vontade ou consciência.

Teoria e filosofia são assim os dois perigos que rondam hoje a oficina da História: a teoria porque compromete a História no seu *conteúdo substantivo*, e a filosofia porque lhe destrói as defesas a partir de uma exploração exagerada, unilateral, de uma constatação indiscutível – a de que a História se expressa, ou se escreve, por intermédio de palavras. No fundo, Elton visa desmascarar aos não-historiadores, ou seja, todos os escritores hoje em moda e que têm a pretensão de dizer aos historiadores algo que eles mesmos não sabem – o que é de fato o trabalho de escrever história. Na realidade, estamos diante dos porta-vozes de um *cocktail* explosivo, feito, segundo Elton, de filosofia germânica e *esprit* francês e cujo *public relations* foi Foucault. Todos, no entanto, falam a respeito do que não sabem, pois o verdadeiro historiador se identifica através da prática da investigação e da escrita da história. Esta, acrescento, é a prova de identidade do historiador. Quem jamais se especializou nessa prática, quem jamais escreveu um texto de história, jamais poderá discernir com um mínimo de pertinência a verdadeira natureza dessa disciplina.

Detive-me um tanto longamente em Elton, reconheço-o, mas penso que no caso de Roger Chartier poderei ser mais breve. Não acredito que seja preciso apresentá-lo<sup>17</sup> e, sendo assim, posso ir diretamente aos principais tópicos da palestra por ele pronunciada no CPDOC.<sup>18</sup>

Os pontos de partida de Chartier têm certas semelhanças com os de Elton, pois se trata de diagnósticos sobre a história contemporânea nos quais se sublinham noções como *tempo de incertezas, epistemological crise tournant critique*, utilizadas por diferentes autores para caracterizar a situação da história na atualidade. Todavia, uma diferença fundamental entre ele e Elton logo se evidencia – não há hostilidade em relação à *teoria* e, por outro lado, se Chartier faz alusão aos *problemas internos e externos à disciplina, isto não significa* uma postura de negação ou rejeição pura e simples em face dos questionamentos teóricos mais recentes.

Teoricamente, segundo Chartier, o historiador se encontra hoje diante de duas questões decisivas – a *crise de paradigmas* e as tentativas destinadas a *preencher o vazio criado por essa crise*. A primeira questão corresponderia assim a uma *grande mutação* provocada pelo desaparecimento *dos modelos de compreensão, dos princípios de inteligibilidade* aceitos a partir dos anos 1960 e que serviam de embasamento aos dois projetos da chamada *história dominante: o modelo ou paradigma estruturalista e o galileano, ou quantitativista*. Em ambos, aliás, graças a Foucault, fazia-se presente uma certa idéia do *real* muito mais rica e diversificada do que a tradicional. Essa era, enfim, uma *Nova História*, uma história fortemente ancorada nos mesmos princípios *das outras ciências sociais*.

Nos últimos dez anos tais certezas foram abaladas por dois conjuntos de problemas aos quais Chartier intitula *novas abordagens e desafios*. Diversamente de Elton, no entanto, nosso autor está menos preocupado com a *interioridade ou exterioridade* dos problemas em relação ao território do historiador, e muito mais com as reais implicações que cada um deles tem para o ofício historiador. No caso das *novas abordagens*, ele não as encara como *perigos* mas, sim, como alguma coisa que precisa ser devidamente assimilada, especialmente no caso de abordagens sociológicas ou antropológicas assim como na questão da narrativa. Vê portanto com simpatia a restauração *do papel dos indivíduos na construção dos laços sociais* cuja expressão *mais viva* ele associa à *micro-história*.<sup>19</sup> Quanto à *narrativa*, Chartier se limita a encampar os trabalhos de Certeau, Rancière e, principalmente, Ricoeur, ou seja, não há por que discutir-se a essência narrativa do discurso histórico, e o assim chamado *retorno da narrativa* não passa de um grande equívoco.<sup>20</sup>

No entanto, conforme apresenta, discute e situa cada questão em termos de produção do conhecimento histórico, Chartier sublinha sempre os limites ou cuidados que considera necessários a fim de garantir a identidade da história – e do historiador. Em relação à narrativa, por exemplo, ele recomenda que não se perca de vista algo essencial – *as propriedades específicas da narrativa histórica em relação a todas as outras* (narrativas).<sup>21</sup> Penso, porém, que neste passo o nosso autor não se dá conta, aparentemente pelo menos, de algumas das implicações talvez mais inquietantes do *literary criticism* norte-americano para o trabalho do historiador. Só assim me é possível compreender, aliás, o paralelismo estabelecido por Chartier entre os trabalhos de Hayden White e os de Reinhart Kosellec, algo quase sem sentido no meu modo de entender.<sup>22</sup>

Os *desafios*, segundo o mesmo autor, consistem basicamente em duas novas tendências – o *linguistic turn* ou *semiotic challenge*, e o *retorno do político*. Também neste caso a perspectiva de Chartier é mais dialogante que a de Elton, embora não lhe passassem em brancas nuvens as implicações das teorias



lingüísticas para a disciplina histórica. Baseadas como são em geral tais teorias na autonomia da linguagem e da produção de sentido, elas significam, para a história, a *eliminação do referente*, se entendermos como tal *a realidade extra-discursiva*, assim como a supressão do papel do sujeito individual e, ainda, no limite, a *negação da existência de qualquer laço entre a história e as ciências sociais*. Já em relação ao chamado *retorno do político*, considero bastante simplista e limitada a visão exposta por Chartier, sobretudo ao identificar em tal retorno, ou em todos os que o defendem, a intenção de afirmar um certo *primado do político*, com o que se eliminam tantas e tão importantes iniciativas tendentes à construção de uma *Nova História Política*,<sup>23</sup> ou seja, a resgatar o papel e importância do *político* sem recair, no entanto, na tradicional história política de viés positivista.

As diferenças entre os dois autores analisados talvez se situem bem menos nas formas que utilizam para descrever a *crise* e muito mais nas maneiras muito distintas de cada um deles entender tanto a história quanto o ofício do historiador. Assim, enquanto Chartier considera essencial que permaneça o *pertencimento da história às ciências sociais*, para Elton é a idéia mesma de uma *ciência social histórica*<sup>24</sup> que deve ser rejeitada *in limine*, já que para ele não há como contestar-se a natureza única, específica e autônoma do *historical study* e a sua irredutibilidade a qualquer tipo de teorização. Se Elton tenta apenas ridicularizar lingüistas e teóricos da literatura, a visão de Chartier é muito mais nuançada e precisa – existe aí um problema, reconhece, pois as realidades passadas só nos são acessíveis através de *textos* (constatação óbvia e elementar, diz Elton) mas, acrescenta, é fundamental não se perder de vista a *irredutibilidade da experiência ao discurso*, uma vez que existem duas lógicas, uma que governa a produção dos discursos e outra que regula as condutas e ações. Além do mais, toda construção discursiva é socialmente determinada – neste passo Chartier introduz as noções básicas de *constrangimentos* e de *negociações*.

Percebe-se, portanto, que Elton e Chartier concordam quanto à existência de uma crise e, em termos, diagnosticam problemas de natureza *interna* e *externa* ao território do historiador. A partir daí, porém, as diferenças se fazem cada vez mais evidentes, pois, se Chartier denuncia o *retorno do político e da filosofia do sujeito*, contrapondo-lhes, como antídoto, o resgate dos trabalhos e concepções de um sociólogo weberiano como Norbert Elias, Elton é um ferrenho defensor da importância da política, do papel dos indivíduos na história e um crítico implacável dos diversos *sociologismos*. O que de fato importa, do ponto de vista deste autor, é a abordagem, racional-intuitiva, da *realidade passada* a partir dos respectivos testemunhos/documentos. Jamais, por sinal, ele subscreveria a proposta de Chartier no sentido de *reancorar firmemente a história nas ciências sociais e ultrapassar o confronto estéril entre uma física*

*social e uma fenomenologia social*, já que se busca, precisamente, articular *estruturas objetivas e representações subjetivas*. A única convergência que se pode então anotar entre as opiniões de ambos é a propósito das chamadas teorias narrativistas, pois os dois citam um mesmo autor – Hayden White –, se bem que Chartier seja mais explícito e menos preocupado com a desqualificação do adversário. Para ele, cumpre rejeitar a pretensão desse *narrativismo* de anular as diferenças entre a ficção e a história, o excesso de ênfase aplicado à constatação do caráter literário do discurso histórico e, acima de tudo, a intenção de encerrar/fechar este discurso sobre si mesmo. Contra tudo isso ele reafirma que *a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica* e funda as operações específicas da história como disciplina,<sup>25</sup> quer dizer, suas *dependências*,<sup>26</sup> seu regime de cientificidade próprio, em suma, tudo aquilo que garante à história seu direito de *enunciar aquilo que foi*.<sup>27</sup>

A história, em síntese, é capaz de construir um conhecimento controlável, verificável, quer dizer, *verdadeiro*. Neste particular, Elton e Chartier concordam entre si, por mais diferentes que sejam os princípios em que se apóiam. Trata-se, segundo ambos, de denunciar e enfrentar o *ceticismo*. Pode-se então, repetindo Certeau, dizer que escrever história é sempre levar a cabo uma verdadeira operação historiográfica.

Vistas em conjunto, as análises dos autores acima constituem duas formas diferentes de defesa da história, duas argumentações que, apesar de tudo aquilo que as distingue, convergem, afinal, para um mesmo ponto, aquele que Vilar sintetizou ao escrever, como já vimos – *A história fala da História*. Os preconceitos de Elton em face das *novidades* que tanto encantam hoje muitos de nossos colegas, sua fé inabalável na superioridade da *prática da História*, seu desprezo olímpico por todos os que se atrevem a falar de algo que na realidade ignoram – o ofício historiador –, tudo isso talvez seja muito tradicional, velho, superado, quem sabe. Chartier certamente é mais agradável, mais moderno, atual e *up to date*. Entretanto, para o ponto que mais nos interessa, é sem dúvida curioso verificar o quanto os dois são *realistas*, nada céticos ou relativistas. E nesta perspectiva, afinal, cada um deles define e descreve, de fato, uma certa *identidade do historiador*.

### ***A pretexto de conclusão: algumas reflexões finais***

Trabalhei ao longo deste texto com três tipos de abordagens direcionadas, todas elas, a uma mesma meta – a questão da identidade do historiador. Um ensaio de historiografia, uma descrição de tendências/situações/problemas, uma comparação entre dois historiadores muito diferentes tendo como tema comum a noção de *crise*. Resta-me sublinhar agora mais alguns pontos:

1 – Afora o caráter bastante problemático da noção de *crise*, é imprescindível, se se decide utilizá-la, fazer a distinção entre dois tipos de percepção, ou de tomada de consciência da mesma: as percepções dos historiadores e as dos não-historiadores. Apesar desta exigência soar aos ouvidos de muitos como bastante *paroquial*, creio que se está diante de uma diferença realmente existente. A história e a atividade do historiador segundo a visão que delas possuem os profissionais do ofício não são a mesma coisa que as visões dos não-historiadores tanto acerca da disciplina quanto da prática historiadora. Penso que esta proposição, um tanto esquemática, deva ser discutida e relativizada mas penso também que não pode ser posta de lado.

2 – Posso tentar unicamente situar-me no âmbito do primeiro dos dois tipos acima, e é a partir desse lugar que percebo, ou julgo perceber, no território da história ou, mais precisamente, em sua oficina, uma certa confusão ou perturbação resultante de múltiplas discussões aí travadas a propósito de questões como as chamadas *novas abordagens e novos objetos*. Remontando aos anos 1970, pelo menos, tais debates envolveram, inicialmente, objetos, abordagens, métodos e pressupostos teóricos, mantendo-se, na maior parte do tempo, dentro da própria disciplina. Não considero necessário, portanto, retomar tais querelas com suas intermináveis discussões sobre novidade *versus* antiguidade de tal ou qual objeto/abordagem, sua legitimidade histórica ou não, sua pertinência maior ou menor em termos de *explicação do presente*, sua natureza dita *conservadora* ou *progressista* etc. Observo somente o fato de que a tendência da oficina de Clio, nestas últimas décadas, tem sido quase sempre a de legitimar o novo em função de sua novidade e de desqualificar o antigo apenas por ser velho ou tradicional. Tal tendência tem favorecido novidades reais e importantes mas tem também beneficiado pseudo-novidades e alguns modismos sem maior importância.<sup>28</sup> Bem mais importante, no entanto, hoje, seria detectar, recensear e analisar a presença de bolsões historiográficos mais ou menos contaminados pelas concepções vindas de fora do território/oficina da história, tentando então avaliar-lhes a natureza e importância reais, ou seja, do ponto de vista das obras de história baseadas teoricamente em tais concepções.<sup>29</sup>

3 – É bastante curioso perceber, no entanto, que a multiplicidade de abordagens, métodos e objetos e a variedade de perspectivas teóricas simplifica-se bastante quando passamos às bases epistemológicas e ontológicas de nossa oficina. Realmente, nesse nível mais profundo, reina ainda, surpreendentemente, quem sabe, a aceitação quase consensual do *realismo histórico*. Foi exatamente isto que procurei demonstrar através dos exemplos de Elton e Chartier. Tal *realismo* significa: a História é real e, portanto, a história-disciplina é, ou continua a ser, uma tentativa sempre renovada de *conhecer* de alguma

forma – explicando, compreendendo, interpretando – aquela História, o *passado*. Daí o fato de que as divergências ou diferenças realmente existentes no nível epistemológico raramente questionem ou ponham em dúvida a premissa mais geral – o historiador produz um conhecimento e o expõe através de um discurso próprio cujo referente se situa na própria realidade histórica. Tanto os empiristas mais convictos, como Elton, quanto os teóricos das mais diversas obediências compartilham, enquanto historiadores, dessa mesma certeza comum e essencial, a certeza de que o historiador visa algo além do próprio discurso que produz – um real múltiplo, que seja, de infinitas faces, cuja totalidade pode ser pensada conceitualmente, ou, pelo contrário, uma totalidade inapreensível, mas sempre *real*. A fragmentação, ao fragmentar ao infinito essa totalidade, negando-a teórica ou praticamente, nem assim deixa de se referir a algum aspecto, por menor que seja, da realidade histórica.

4 – Claro está, entretanto, que não há mais unanimidade a respeito desse *realismo*, especialmente quando se sai da oficina da história. Nos últimos dez anos tanto a disciplina como o próprio ofício vêm sendo brindados com o interesse de filósofos, lingüistas, teóricos da literatura, psicólogos etc., os quais, literalmente, bombardearam a oficina. De início, o alvo mais visado foi a História, sua realidade como processo racional, teleológico etc. No intuito de eliminar a História, atacou-se de fato sua concepção *iluminista*, de essência predominantemente hegeliana. Proclamou-se então, com euforia, o *Fim da História*. Liquidada a realidade da História, vieram os lingüistas a afirmar a autonomia da linguagem e a conseqüente incapacidade nata de todo historiador de compreender que, ao fim e ao cabo, a história por ele produzida/escrita não passa de um texto como outro qualquer, e como tal, apenas remete a outros textos, nada mais. Quase ao mesmo tempo, surgiram os especialistas literários, os quais, extraindo todas as conseqüências dos *achados* lingüísticos, sublinharam a natureza narrativa e por conseqüência *literária* do discurso histórico, demonstrando inclusive que esse caráter *histórico* é fruto de artifícios retóricos, de jogos de linguagem, artimanhas estilísticas, tudo enfim concorrendo para permitir ao historiador produzir ou criar, no seu próprio discurso, a ilusão ou *efeito de realidade* que serve de esteio à sua *pretensão* de ser um discurso *verdadeiro*, ou seja, distinto do ficcional, uma vez que remete a uma realidade extra-discursiva que constitui o seu referente. Tais concepções tendem a fazer da história-disciplina apenas mais um capítulo da história da literatura, daí as reações incisivas de Elton e Chartier já mencionadas.

Do ponto de vista dos efeitos de tais proposições sobre o ofício, tema ainda por investigar mais profundamente, creio que sua mensagem ao historiador é bastante óbvia: não lhe resta outro caminho que não o de assumir de uma vez por todas a *verdadeira* natureza da sua *escrita*, quer dizer, renunciar à

pretensão de produzir um discurso *diferente*, e, sobretudo, à idéia de produzir um conhecimento qualquer a respeito de um *real* imaginário que, das duas uma, ou simplesmente não existe, ou, se existe, é e será sempre incognoscível. Em suma, o discurso dito histórico somente é capaz de esclarecer acerca de seu autor e de sua época e como tal não deixa de ter lá a sua importância. A história-disciplina transformada em um pseudo-conhecimento, pois seu discurso almeja uma impossibilidade, como ficaria nesse caso a identidade do historiador? Provavelmente, quem sabe, uma espécie *literária* de prestidigitador, um profissional muito hábil em criar, ao escrever, *efeitos de realidade* os mais convincentes para seu(s) leitor(es).

5 – No ambiente acadêmico invadido por todas essas críticas e interpretações tem lugar, hoje em dia, a formação do profissional em História. Difícil responder a tantos ataques, e certamente muito mais difícil ainda resistir às tentações ou enfrentar os novos desafios.

Como se comportar em face de tantas novidades, tantos textos instigantes, diferentes? Reconheço o quanto deve ser difícil possuir alguma certeza em meio a uma época de tantas incertezas. Talvez a identidade do historiador se encontre menos ameaçada ou comprometida pelo caos que aparentemente reina na sua oficina e mais, muito mais, pelo entusiasmo um tanto ingênuo com que alguns historiadores saúdam todas as novidades e delas se tornam divulgadores mas de uma maneira um tanto acrítica.

Quantos dentre nós, pergunto, se preocupam em determinar o que significam concretamente, para a disciplina e para o próprio ofício, as teorias *inovadoras ou revolucionárias*? Quantos puseram em prática, em suas pesquisas ou na orientação de teses e dissertações, as perspectivas narrativistas?

Ao fim e ao cabo desta longa exposição, julgo pertinentes e bastante atuais algumas idéias de Eduardo Lourenço:

O nosso século já entoou em todos os tons a litania da irrisão e do desespero. A liturgia dos “tempos” do século é uma liturgia fascinada e condicionada pela desconstrução de tudo quanto nos habituamos a considerar como “estável”... Mas não é do delírio nem da fantasmagoria que nascerá a cura, mas da vontade de recusar uma Cultura sem sujeito nem memória. Os deuses mortos regressarão, a exigência de inteligibilidade e do conceito, marca do Ocidente e sua cruz, impedirão que o mundo se torne em sentido próprio e figurado, *terra de ninguém*. E será um “outro século”. Talvez o nosso, mas lido do avesso pela inocência dos que escaparam às delícias fúnebres do seu discurso dominante.<sup>30</sup>

## Notas

1. "Fim da história? Balanço e perspectivas para a década de 90", *História em Cadernos*, Departamento de História, IFCS/UFRJ, VII. 1/2, 1989, p. 7-14; "Dimensões contemporâneas da história e da historiografia", XVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, julho de 1991.

2. J. R. de Amaral Lapa, *A história em questão. Historiografia brasileira contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 1976, e *História e historiografia - Brasil pós-64*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; Carlos Fico e Ronald Polito, *A história no Brasil 1980-1989. Elementos para uma avaliação historiográfica*, Ouro Preto, UFOP, 1992, vol. 1.

3. W. Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, 3ª ed. esp. Barcelona, Bosch, 1957; H. I. Marrou, *De la connaissance historique*, Paris, Seuil, 1959; Carl G. Gustavson, *A preface to history*, N.Y., McGraw-Hill, 1955; Ch. Samaran (dir.), *L'histoire et ses méthodes*, Paris, Gallimard, 1961.

4. Em trabalho recente, em processo de publicação, discutimos com mais vagar este tópico, propondo sobretudo uma investigação mais objetiva e menos mítica da natureza, características e efeitos (verificáveis) dessa presença francesa, como forma de melhor avaliar as visões retrospectivas e impressionistas ainda em vigor.

5. Ciro F. S. Cardoso y Hector P. Brignoli, *Los métodos de la historia*, Barcelona, Critica, 1976, p. 61-66 e *Perspectivas de la historiografía contemporánea*, México, Septentas, 1976, p. 18-9.

6. Acredito que sobre o tema dos chamados *anos de chumbo* há ainda muito material a ser investigado pelos

historiadores, o que não diminui o mérito de alguns trabalhos pioneiros sobre tal assunto, a exemplo dos produzidos por N. W. Sodré, José Luiz Werneck da Silva, E. Sader etc. Esta talvez seja a razão de não terem as avaliações historiográficas até agora produzidas conseguido assimilar senão uma pequena fração dos efeitos do autoritarismo sobre o ensino e a pesquisa da história em nosso país.

7. Essa verdadeira *febre*, ou *moda*, da então denominada *história quantitativa* grassou no Brasil a partir de meados dos anos 1960, expandindo-se com considerável rapidez nos anos 70. Apenas para se ter idéia do prestígio por ela alcançado, basta recordar o quanto ela esteve presente na definição teórico-metodológica de alguns programas de mestrado e, por outro lado, como sua influência se fez sentir também no nível de graduação a ponto de gerar uma tendência, felizmente de breve duração, à reestruturação dos currículos de história de forma a viabilizar a inclusão das *novas* disciplinas propedêuticas: complementos de matemática e/ou elementos de estatística (ou estatística aplicada às ciências sociais).

8. Característica marcante da historiografia brasileira nos anos 1970, a atividade dos chamados *brazilianists* já foi objeto de alguns estudos e análises. Todavia, faz-se ainda sentir a necessidade de um estudo mais minucioso e crítico não só dos trabalhos que produziram mas, ainda, da sua atuação docente e de orientação de dissertações/teses em alguns programas de pós-graduação, como, por exemplo, foi o caso da UFF. Trata-se de conhecer melhor as marcas teórico-metodológicas dessa presença, as preferências

temáticas por eles estimuladas, e, por outro lado, indagar de outros rumos igualmente possíveis naquele momento e que foram bloqueados/esquecidos pela própria presença brasilianista.

9. Com toda certeza, este papel foi desempenhado pelos programas de pós-graduação em história da USP, UFF, UNICAMP e, em termos, pelo da UFPR, sendo um instrumento essencial dessa irradiação as bolsas PICD/CAPES.

10. Bernard Bailyn, "The challenge of modern historiography", *American Historical Review*, 87 (1982), p. 1-24d; Ciro F. S. Cardoso, "Paradigmas rivais na historiografia atual" (mimeo).

11. De acordo com a interpretação de Cardoso, op.cit., o que hoje está realmente em jogo é a oposição entre a escrita de uma história explicativa, ancorada na visão da totalidade, epistemologicamente *realista* e racional, e uma outra escrita fragmentária, compreensivista, descritiva, não raro hostil ou indiferente à teorização e implicitamente irracional em seu relativismo subjetivista.

12. Baseamo-nos em intervenção de F. Iglésias numa das sessões do I Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, realizado na USP, em 1971, a qual foi publicada nos Anais respectivos, IEB/USP, 1972, vol. 2, p. 22-4.

13. Pierre Vilar, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, Critica, 1980, p. 17-47.

14. Universidade de Michigan, 1990; publicadas pela Cambridge University Press, 1991, com o título de *Return to essentials. Some reflections on the present state of historical study*.

15. London, Fontana, 1969.

16. Comparam-se tais afirmações com as de Carr, no seu conhecido *Que é história?*, ou, ainda, com Jean Glénisson em sua *Iniciação aos estudos históricos*.

17. Ver a "Apresentação" de José Sérgio Leite Lopes à conferência de R. Chartier no CPDOC, publicada em *Estudos Históricos*, 13 (1994), p. 97-100.

18. "A história hoje: dúvidas, desafios, propostas", *Estudos Históricos*, op. cit., p.100-113.

19. Talvez não tenha sido sublinhada o bastante por Chartier a especificidade da *micro-história* em relação à história das mentalidades e, por outro lado, suas relações com o chamado *paradigma indiciário*. Cf. C. Guinzburg, *Mitos, emblemas, sinais*, São Paulo, Cia. das Letras, 1989, e *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, DIFEL, 1991. Ver também Umberto Eco e Th. A. Seabock, *O signo de três*, São Paulo, Perspectiva, 1991, p. 89-130.

20. Jorge Lozano, *El discurso histórico*, Madrid, Alianza, 1987 p. 113-171; Lawrence Stone, "The revival of narrative. Reflections on a New Old History", 85 (1979), p. 3-24; Eric Hobsbawm, "The revival of narrative, some comments", *Past and Present*, 86 (1980), p. 3-9; R. Koselleck, "La storia sociale moderna e i tempi storici", em Pietro Rossi (org.), *La teoria della storiografia oggi*, Milano, Il Saggiatore, 1988, p. 141-158

21. A propósito dos muitos problemas associados a esta convicção expressa por Chartier, cf. Dirce C. Riedel, (org.), *Narrativa, ficção & história*, I Colóquio UERJ, 1987, Rio de Janeiro. Imago, 1988.

22. R. Koselleck, "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos", *Estudos Históricos*, 10 (1992), p. 134-146, trad. e nota bio-bibliográfica de Manuel Luiz Salgado Guimarães.

23. Vejo um certo exagero nessa interpretação de Chartier e suponho que esteja ligada a uma problemática especificamente francesa. Não creio que o chamado *retorno* do político, ou da história política, signifique em si mesmo

uma espécie de resgate da historiografia de tipo tradicional, *positivista*, nem tampouco represente necessariamente a substituição do *determinismo em última instância do econômico pelo determinismo do político*. A *Nova História Política* é algo bem distinto de tudo isto, tal como tento demonstrar no capítulo "Historia e poder" da obra coletiva organizada por Ciro F. S. Cardoso e Ronaldo Vainfas, *Caminhos da história*, a ser publicada brevemente.

24. Theda Skocpol (ed.), *Vision and method in historical sociology*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1989; D. Landes and Ch. Tilly (eds.), *History as a social science*, London, 1971; W. J. Mommsen, "La storia come scienza sociale storica", em Pietro Rossi, op. cit., p. 79-116; F. Furet, "I metodi delle scienze sociali nella ricerca storica e la storia totale", em Pietro Rossi, op. cit., p. 117-140; Peter Burke, *Sociologia e história*, Porto, Afrontamento, 1990.

25. R. Chartier, op. cit., p. 110.

26. Id., *ibid.*, p. 110-111.

27. Id., *ibid.*, p. 111-112.

28. Ciro F. S. Cardoso, Prefácio a Denise Rollemberg (org.), *Que história é essa?*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994; Silvia Petersen, "Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira", *LPH, Revista de História*, 3, 1 (1992), UFOP, p. 108-126.

29. Até onde me foi possível observar, são raríssimos os exemplos de trabalhos e/ou projetos elaborados segundo tais concepções.

30. Eduardo Lourenço, "Os tempos do século, ou o crepúsculo da consciência histórica", em *Balanço do século*, obra coletiva, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, p. 250.

(Recebido para publicação em abril de 1996)